

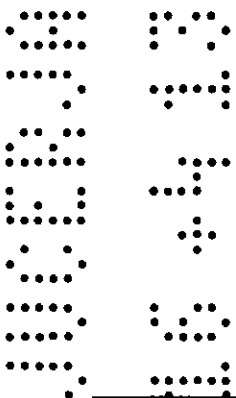
ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

ENTRE

UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.,
na condição de Emissora;

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
na condição de Agente Fiduciário; e

UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO
LTDA.,
na condição de Fiadora.



DATADA DE 10 DE ABRIL DE 2013



REGISTRAR
& ESPONTANEA
102 99 12

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



04
1

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

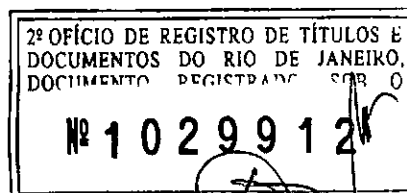
UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.443, Bloco II, Salas 201 a 204 e 301 a 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.501.467/0001-02, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando os debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

E, na condição de fiadora:

••••• **UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO**
••••• **LTD.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na
••••• Avenida Armando Lombardi, nº 400, Lojas 101-105 e 108-109, Barra da Tijuca, inscrita no
••••• CNPJ/MF sob o nº 42.163.881/0001-01, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social
••••• (doravante denominada "Fiadora");

••••• **RESOLVEM** celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples,
••••• Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A.", mediante as seguintes cláusulas e condições:



1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles a seguir atribuído:

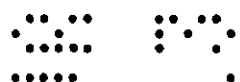
Ações São as ações de emissão do Hospital Norte D'Or de titularidade da Emissora e que correspondem a 30% (trinta por cento) do capital social do Hospital Norte D'Or, as quais serão alienadas fiduciariamente em garantia das Debêntures.

AGD ou Assembleia Geral de Debenturistas Assembleia Geral de Debenturistas.

AGE Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 10 de abril de 2013, que aprovou os termos e condições da presente Emissão.

Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificado.

ANBIMA ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



Banco Liquidante e Escriitorador

Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.



CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados.

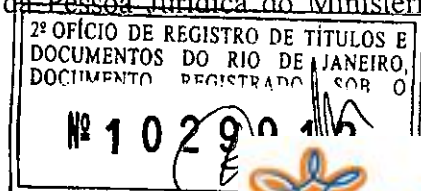


Cetip21

Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP.

CNPJ/MF

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da



CERTISIGN

2
GSURIA JUR

SA
f

Fazenda.

Código Civil

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Contrato de Colocação

“Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da 1ª Emissão da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A.”, celebrado nesta data entre Emissora e os Coordenadores.

Contrato de Garantia

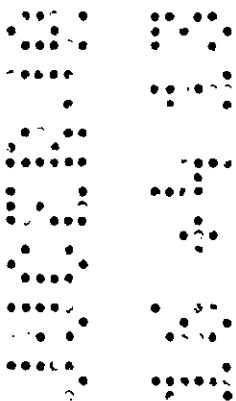
É o instrumento que formaliza a alienação fiduciária de Ações de emissão do Hospital Norte D'Or, detidas pela Emissora, em garantia das obrigações assumidas pela Emissora no âmbito da presente Escritura.

Controladas

São as sociedades controladas pela Emissora.

Coordenadores

(i) BB-Banco de Investimento S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas, nº 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 (“Coordenador Líder”); e (ii) Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2.235, 27º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42.



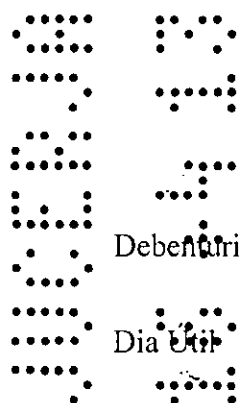
CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



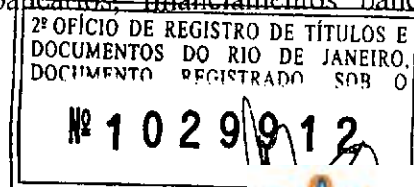
Data de Emissão	28 de março de 2013.
Data de Integralização	Data da primeira subscrição e integralização das Debêntures.
Datas de Pagamento de Remuneração	Datas em que a Emissora pagará a Remuneração aos Debenturistas, conforme previsto no item 5.6.2 desta Escritura.
Data de Vencimento	28 de outubro de 2017.
Debêntures	As 10.000 (dez mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª (primeira) emissão da Emissora.
Debêntures em Circulação	Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de AGD previstos nesta Escritura, todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, serão consideradas debêntures em circulação.
Debenturistas	Os titulares das Debêntures.
Dia Útil	Qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.
Dívida Líquida	Corresponde ao somatório do saldo contábil consolidado de empréstimos bancários, financiamentos bancários,



Debenturistas

Dia Útil

Dívida Líquida



Handwritten signature and initials



07
1

debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos relativos às operações anteriormente referidas, notas promissórias, títulos de dívida emitidos pela Emissora no mercado nacional e internacional de curto e longo prazo, subtraído dos valores contabilizados como caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras.

EBITDA

Corresponde ao resultado relativo aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional e da equivalência patrimonial.

Efeito Material Adverso

Qualquer evento ou situação que cause (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira, societária, operacional ou de outra natureza), nos negócios, nos bens e/ou nos resultados operacionais da Emissora e/ou de suas controladas; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Fiadora e/ou da Emissora de cumprir pontualmente qualquer de suas obrigações pecuniárias ou obrigações não pecuniárias relevantes, no todo ou em parte nos termos desta Escritura.

Emissão

Emissora

Encargos Moratórios

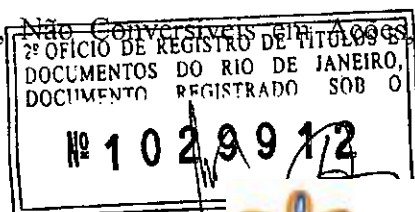
A 1ª (primeira) emissão, em série única, de debêntures da Emissora.

A Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., acima qualificada.

Encargos moratórios previstos no item 5.9.3 desta Escritura.

Escritura

A presente “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações” em



08

Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A.”

Eventos de Vencimento Antecipado

Eventos previstos na Cláusula 7 da Escritura.

Fiadora

Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda., acima qualificada.

Fiança

É a garantia fidejussória prestada pela Fiadora nos termos desta Escritura.

Garantia Real

É a alienação fiduciária das Ações de emissão do Hospital Norte D’Or, detidas pela Emissora, conforme pactuada no Contrato de Garantia e descrita nesta Escritura.

Hospital Norte D’Or

Hospital Norte D’Or de Cascadura S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Carolina Machado, nº 38, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.578.217/0001-58.

Instrução CVM nº 28/83

Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.

Instrução CVM nº 358/02

Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM nº 409/04

Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

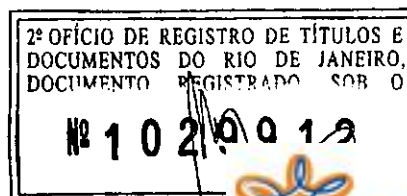
Instrução CVM nº 476/09

Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Investidores Qualificados

São os investidores qualificados definidos no artigo 109

Este documento é uma cópia fiel do documento original. Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo 0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



CERTISIGN

6

da Instrução CVM nº 409/04, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, que (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

JUCERJA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Lei nº 6.385/76

Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei nº 6.404/76 ou Lei das Sociedades por Ações

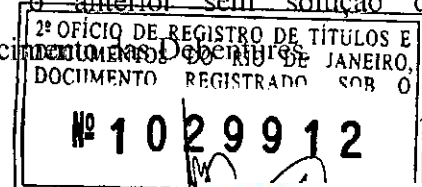
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

MDA

Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Período de Capitalização

Intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, inclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período, exclusive; quer seja a Data de Vencimento ou a data de vencimento antecipado das Debêntures. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.



ESORIA JUR



3

20131167600_33300294970.pdf.p7s

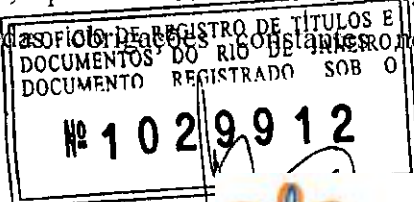
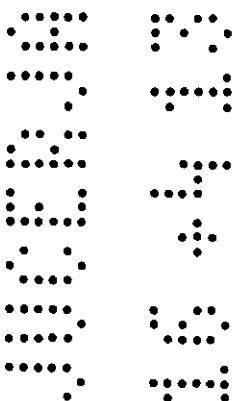
Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



Remuneração	É a remuneração das Debêntures, pactuada no item 5.6 desta Escritura.
Resgate Antecipado	É o resgate antecipado das Debêntures, na forma prevista no item 6.2 deste instrumento.
Taxa DI	Variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros - DI de um dia, <i>over</i> extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Taxa Selic	É a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia para títulos federais. O Copom (Comitê de Política Monetária) decide a meta da Taxa Selic que deve vigorar no período entre suas reuniões.

Valor Garantido

Valor total das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura e/ou previstos nos demais documentos da Emissão, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes desta Escritura e demais documentos da Emissão e suas posteriores alterações e verbas indenizatórias, quando houver até o integral cumprimento de todas as obrigações constantes nesta



Escritura e nos demais documentos da Emissão.

Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário de cada Debênture, que equivale a R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela AGE realizada em 10 de abril de 2013, na qual foram deliberadas a aprovação (a) da Emissão das Debêntures, bem como seus termos e condições; (b) da Garantia Real; e (c) de autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

2.2 A Fiança é outorgada com base nas deliberações da Reunião da Diretoria Executiva da Fiadora realizada em 10 de abril de 2013.

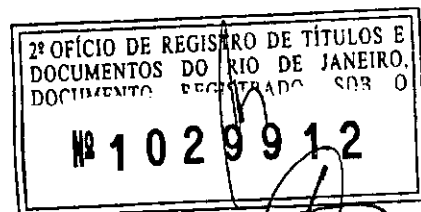
3. REQUISITOS

3.1 A presente Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Registro na CVM e ANBIMA

3.1.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385/76.

3.1.1.2 Além disso, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.



3.1.2 *Arquivamento e Publicação dos Documentos Societários*

3.1.2.1 A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão será devidamente arquivada na JUCERJA e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e (ii) no jornal "Monitor Mercantil" nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 *Inscrição e Registro da Escritura*

3.1.3.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

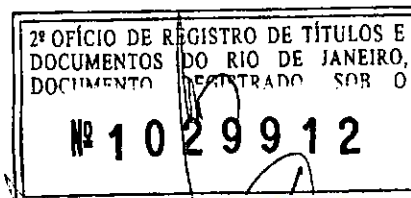
3.1.3.2 Caso a Emissora não cumpra as obrigações previstas no item 3.1.3.1 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, a promover os referidos registros, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora ressarcirá todas as despesas com o registro. A Emissora declara-se ciente de que a liquidação financeira da presente Emissão somente será realizada após o registro desta Escritura e da AGE na JUCERJA.

3.1.4 *Registro da Escritura em Cartório de Registro de Títulos e Documentos*

3.1.4.1 Tendo em vista que a presente Emissão conta com garantia fidejussória, a presente Escritura será registrada pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede de todas as Partes e da Fiadora, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de sua celebração. Após referido registro, a Emissora deverá encaminhar uma via da Escritura devidamente registrada para o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção do registro.

3.1.5 *Registro para Colocação e Negociação*

3.1.5.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação secundária por meio do Cetip21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



100

0020131167600_33300294970.pdf.p7s

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



13

3.1.5.2 Não obstante o descrito no item 3.1.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476/09, considerando que a Emissora esteja cumprindo as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

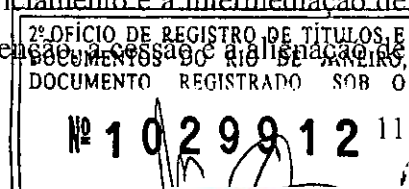
3.1.6 *Registro do Contrato de Garantia*

3.1.6.1 O Contrato de Garantia deverá ser registrado perante Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede de todas as Partes, na forma e no prazo previstos no Contrato de Garantia e observadas as disposições legais aplicáveis até a data da liquidação financeira da presente Emissão. Referidos registros deverão ser concedidos em até 20 (vinte) dias contados da celebração do Contrato de Garantia. A Emissora deverá, ainda, providenciar o registro da Garantia Real nos Livros de Registro de Ações do Hospital Norte D'Or e encaminhar cópia autenticada ao Agente Fiduciário, conforme previsto no Contrato de Garantia.

4. **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

4.1 **Objeto Social da Emissora**

4.1.1 A Emissora tem por objeto social: (i) participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, e formação de consórcios, inclusive, naquelas voltadas à exploração de serviços médicos de qualquer natureza, categoria ou porte, inclusive hospitalares e de exames e diagnósticos médicos laboratoriais, radiológicos, ultrassonográficos e tomográficos computadorizados, nutrição e vacinação, atendimento fisioterápico, centro de reabilitação postural, espaço cultural com centro de convivência de idosos, educação e saúde para gestante e espaço gourmet, administração de hospitais, centros de diagnósticos, laboratórios, análises clínicas médicas, organização de seminários e congressos de medicina e promover o intercâmbio nacional e internacional para difusão dos conhecimentos médicos; (ii) construção, desenvolvimento, implementação, manutenção e prestação de serviços de utilização e exploração de sistemas informatizados voltados à prestação de assistência à saúde, assim como a aquisição, aluguel e alienação dos mesmos; (iii) adquirir, manter, ceder e alienar direitos econômicos/financeiros decorrentes de cessão temporárias e/ou definitivas de direitos federativos de atletas de futebol profissional e amador; (iv) consultoria e assessoria desportivas, nestas incluídas a representação, o agenciamento e a intermediação de desportistas profissionais ou não e, ainda, a aquisição, a manutenção, a cessão e a alienação de



Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



direitos de uso de nome/apelido, voz e imagem de desportistas; e (v) a promoção de marketing e eventos, inclusive culturais e artísticos, podendo ainda exercer outras atividades afins àquelas previstas em seu objeto social.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 A presente Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Valor Total da Emissão

4.3.1 O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

4.4 Número de Séries

4.4.1 A Emissão será realizada em série única.

4.5 Quantidade de Debêntures

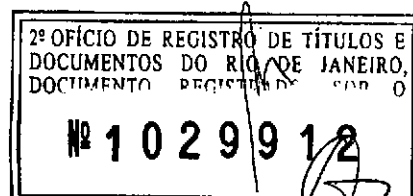
4.5.1 Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures.

4.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

4.6.1 Atuará como Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, o Banco Bradesco S.A. O Banco Liquidante e Escriturador Mandatário poderá ser substituído a qualquer tempo, a critério dos Debenturistas, após aprovação em AGD.

4.7 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.7.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação dos Coordenadores, conforme os termos e condições do Contrato de Colocação celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.



4.7.2 O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Os Coordenadores poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.8 Destinação dos Recursos

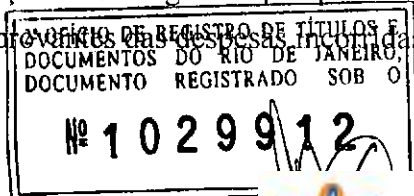
4.8.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados da seguinte forma: (i) até R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) para investimentos no "Hospital Unimed Rio" e/ou para arrendamento de hospital(is) que passe(m) a ser administrado(s) integralmente por empresa(s) do Grupo Unimed Rio e/ou ampliação de participação societária da emissora no Hospital Norte D'Or; (ii) até R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para pagamento de dívidas da Emissora; e (iii) para liquidação das notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Emissora.

4.9 Garantia Fidejussória

4.9.1 Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Fiadora presta Fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura, até o resgate das Debêntures, conforme os termos e condições abaixo. Não obstante o aspecto solidário da garantia fidejussória prestada pela Fiadora, fica convencionado que os Debenturistas apenas exigirão o cumprimento da garantia pela Fiadora na hipótese de comprovada mora da Emissora, observado o disposto no artigo 397 do Código Civil.

4.9.2 A Fiadora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, pelo Valor Garantido.

4.9.3 Verificada a mora da Emissora, nos termos do artigo 397 do Código Civil, o Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 2 (dois) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, informando a mora da Emissora, o valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal



13



16

notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no Dia Útil seguinte à ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.9.4 A Fiadora expressamente renuncia a todo e qualquer benefício de ordem, bem como a direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, inclusive os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil.

4.9.5 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

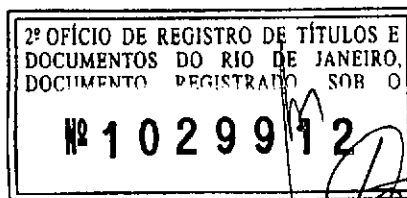
4.9.6 A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Escritura, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.9.7 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias nos termos da presente Escritura.

4.9.8 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

4.9.9 Para os fins do disposto no artigo 835 do Código Civil, a Fiadora, neste ato, declara ter lido e concorda, em sua integridade, com o disposto nesta Escritura, estando ciente dos termos e condições da Fiança prestada e das Debêntures.

4.10 Garantia Real



14

ASSORIA JUR

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



4.10.1 *Alienação Fiduciária das Ações*

4.10.1.1 Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura pela Emissora, a Emissora, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e das demais leis e regulamentos aplicáveis, alienará fiduciariamente 30% (trinta por cento) das Ações de emissão do Hospital Norte D'Or, de propriedade da Emissora, nos termos do Contrato de Garantia a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características Básicas das Debêntures

5.1.1 *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2 *Data de Emissão*

5.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 28 de março de 2013.

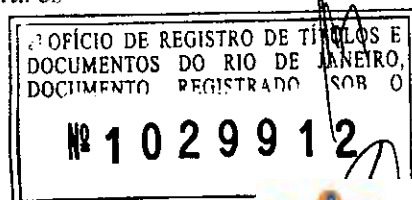
5.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 55 (cinquenta e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de outubro de 2017, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e o Resgate Antecipado.

5.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*



15

ESCRITURA JUR.



18
5.1.5.1 A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.

5.1.6 *Conversibilidade*

5.1.6.1 As Debêntures serão simples, não sendo, portanto, conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7 *Espécie*

5.1.7.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

5.2. Subscrição

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir do início da distribuição, observado os prazos de distribuição estabelecidos no Contrato de Colocação e na Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

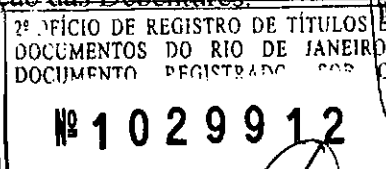
5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário.

5.3. Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição de acordo com os procedimentos aplicáveis da CETIP.

5.4. Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.



16



CERTISIGN

5.5 Atualização do Valor Nominal

5.5.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

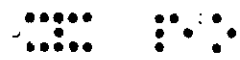
5.6 Remuneração

5.6.1 As Debêntures farão jus a juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI acrescidos de um *spread* de 2,47% (dois inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva data de pagamento.

5.6.2 A Remuneração será paga a partir de 28 de abril de 2013, em parcelas semestrais, sempre no dia 28 dos meses de abril e outubro de cada ano, ou no primeiro Dia Útil subsequente caso o mesmo não seja Dia Útil, e o último será devido na Data de Vencimento.

5.6.3 A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula, a qual teve aderência ao Caderno de Fórmulas – Debêntures Cetip21, disponível no site www.cetip.com.br:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1), \text{ onde:}$$



“J” corresponde ao Valor Nominal Unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

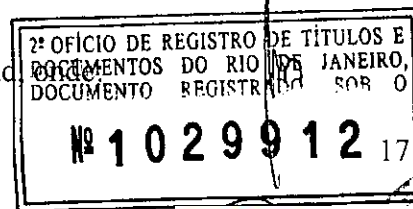


“VNe” corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



“Fator Juros” corresponde ao fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$



“FatorDI” corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, acrescidas exponencialmente de um fator percentual, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

“k” corresponde ao número de ordem das Taxas DI-Over, sendo “k” um número inteiro;

“n” corresponde ao número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“TDI_k” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

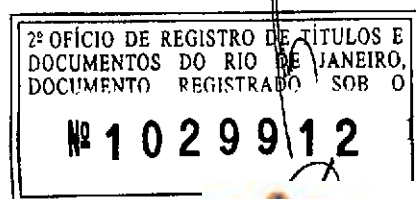
“DI_k” corresponde à Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“FatorSpread” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DI}}{252}} \right\}$$

onde:

“spread” ou sobretaxa é igual a 2,4700;



21

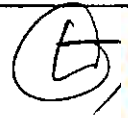
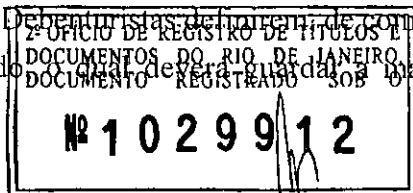
“DU” é o número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “DU” um número inteiro.

5.6.3.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

5.6.4 Observado o quanto estabelecido no item 5.6.5 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para a apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

5.6.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar no primeiro Dia Útil subsequente ao prazo de 10 (dez) dias acima, e na forma estipulada nesta Escritura, AGD para os Debenturistas de forma de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado.



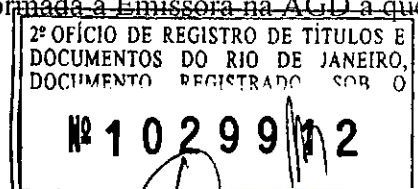
22

semelhança possível com a sistemática de atualização até então adotada, visando preservar o equilíbrio econômico financeiro da relação contratual. Até a deliberação desse parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, as fórmulas do item 5.6.3 acima e na apuração de TDIk será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.6.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI.

5.6.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva na AGD realizada conforme o item 5.6.5 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI, a Taxa SELIC. Na impossibilidade de utilização da Taxa SELIC, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

- i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI divulgada oficialmente, conforme o caso; ou
- ii) a Emissora deverá apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, o qual não excederá a Data de Vencimento. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, informada à Emissora na AGD a que se refere este item 5.6.7.



20

SORIA JUN



CERTISIGN

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

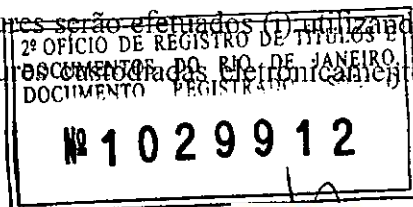
5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas semestrais, sendo que o primeiro pagamento devido em razão dessa amortização de Valor Nominal Unitário deverá ocorrer em 28 de outubro de 2014 e os demais no mesmo dia dos meses de abril e outubro de cada ano, conforme tabela a seguir:

Parcela	Datas de Amortização do Valor Nominal Unitário	Percentual do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado
1ª	28 de outubro de 2014	14,28%
2ª	28 de abril de 2015	14,28%
3ª	28 de outubro de 2015	14,28%
4ª	28 de abril de 2016	14,29%
5ª	28 de outubro de 2016	14,29%
6ª	28 de abril de 2017	14,29%
7ª	28 de outubro de 2017	14,29%
		100%

5.9 Condições de Pagamento

5.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures inscritas na



21

SECRETARIA JUR.



24

CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora; ou (b) conforme o caso, de acordo com os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário.

5.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais à comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação não poderá ser imputada qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

5.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário nas Cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.9.3 *Encargos Moratórios*

5.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.



25

5.9.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.9.4.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.10 Publicidade

5.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, na forma de "Aviso aos Debenturistas" e, quando exigido pela legislação, no jornal "Monitor Mercantil", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures.

6. AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO

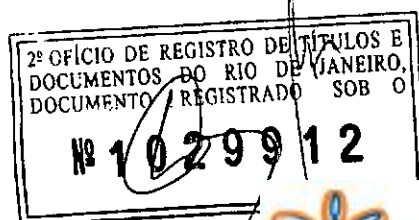
6.1 Aquisição Facultativa

6.1.1 É facultado à Emissora, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observados os termos do artigo 13 da Instrução CVM 476/09, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76 (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

6.2.2 As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



23

[Handwritten signature]

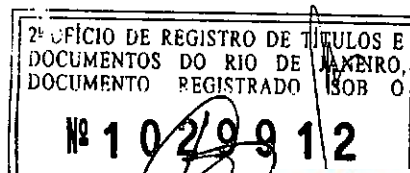
26
1

6.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a partir do 3º (terceiro) ano contado da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado; e (ii) de prêmio incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) acrescido da Remuneração, conforme tabela abaixo:

Ano de Resgate (contado da Data de Emissão)	Prêmio de Resgate
3º (ou seja, a partir de 28 de março de 2015)	1,20%
4º (ou seja, a partir de 28 de março de 2016)	0,75%
5º (ou seja, a partir de 28 de março de 2017)	0,40%

6.2.2 O Resgate Antecipado das Debêntures observará, ainda, o quanto segue:

- i) Emissora comunicará os Debenturistas acerca da realização do Resgate Antecipado das Debêntures por meio da publicação de um edital no jornal indicado no item 5.10 acima, que conterá as condições do Resgate Antecipado, com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data definida para a realização do Resgate Antecipado, o qual conterá informações sobre: (a) o prêmio devido; (b) a data efetiva para a realização do Resgate Antecipado; (c) o valor do Resgate Antecipado; e (d) demais informações eventualmente necessárias;
- ii) a CETIP deverá ser comunicada, por meio de correspondência encaminhada pela Emissora da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência;



Handwritten signature and the stamp 'S. SORIA JUR'.

- 27
1
- iii) na data de realização do Resgate Antecipado das Debêntures, a Emissora irá proceder à liquidação do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures que forem objeto do Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data; e
 - iv) no caso das Debêntures que não estejam custodiadas na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado se dará mediante depósito a ser realizado pelo Banco Liquidante nas contas-correntes indicadas pelos Debenturistas; no caso das Debêntures que estejam custodiadas no Cetip21, os eventos, conforme o caso, seguirão os procedimentos da CETIP.

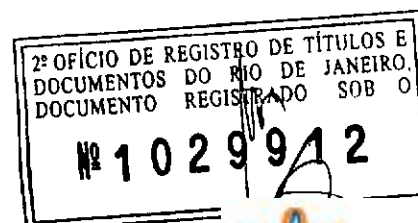
6.2.3 Na hipótese de resgate parcial das Debêntures, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei nº 6.404/76. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP 21, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas do processo de validação do Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

6.2.4 As Debêntures resgatadas antecipadamente serão canceladas pela Emissora.

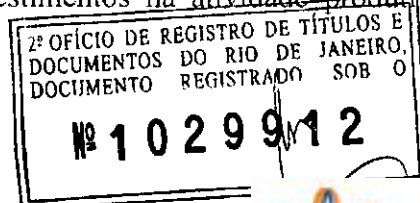
7. VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1 Vencimento Antecipado Automático

7.1.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, sempre respeitados os prazos de cura específicos determinados nos itens abaixo, e exigir da Emissora o pagamento em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da notificação acima referida, pela Emissora do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:



- i) não pagamento pela Emissora, de qualquer das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures previstas e assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- ii) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou, ainda, de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora, a Fiadora, e/ou qualquer de suas coligadas ou controladas, conforme aplicável;
- iii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei nº 6.404/76;
- iv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- v) cancelamento do registro das Debêntures junto à CETIP;
- vi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora das obrigações assumidas na Escritura;
- vii) constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer dos ativos da Emissora, sem o prévio consentimento dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD;
- viii) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de oferta, pela Emissora a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações eventualmente emitidas pela Emissora façam jus;
- ix) alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora, exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (a) investimentos na atividade produtiva da



29
1

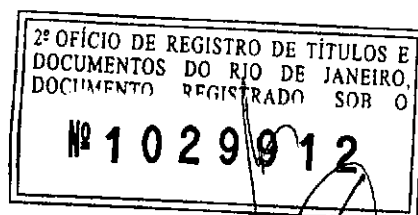
Emissora; (b) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade; ou
(c) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis;

- x) inadimplemento e/ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora e/ou da Fiadora em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) contratadas junto a terceiros; e
- xi) existência de quaisquer sentenças judiciais ou decisões arbitrais ou administrativas contra a Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que resultem ou possam resultar em obrigação de desembolso efetivo por parte da Emissora (inclusive por meio de depósito judicial), para as quais não tenha feito provisão para pagamento, nos termos da regulamentação aplicável.

7.2 Vencimento Antecipado Mediante Assembleia Geral de Debenturistas

7.2.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas e comunicar a Emissora, em até 1 (um) Dia Útil após tomar ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da eventual declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da declaração de vencimento antecipado das Debêntures pela respectiva AGD, do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência das hipóteses previstas abaixo:

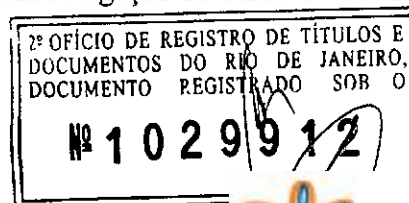
- i) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora no âmbito da Emissão de Debêntures;
- ii) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias assumidas no âmbito da Emissão;



27
ESCRITURA



- iii) inadimplemento e/ou vencimento antecipado cruzado de quaisquer dívidas e/ou obrigações pecuniárias da Emissora, da Fiadora ou de qualquer de suas coligadas ou controladas contratadas junto a qualquer dos Debenturistas e com quaisquer empresas do grupo econômico dos Debenturistas;
- iv) não apresentação de balanços anuais auditados por empresa regularmente registrada na CVM em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social imediatamente anterior;
- v) protesto de títulos contra a Emissora e/ou Fiadora, ainda que na condição de garantidora, com valor individual ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se tiver sido comprovado que: (a) tenha sido obtida decisão judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto tenha sido cancelado no prazo legal; (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) tenha sido depositado em juízo; ou (d) o montante protestado tenha sido devidamente quitado pela Emissora e/ou pela Fiadora no prazo legal;
- vi) autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, social, regulatório, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros em nome da Emissora e/ou da Fiadora, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- vii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora que possa comprometer a capacidade de pagamento das Debêntures;
- viii) (a) incorporação, fusão, cisão, liquidação e/ou mudança do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou (b) incorporação, fusão e/ou desmembramento da Fiadora, em qualquer dos casos, sem a prévia anuência dos Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação;
- ix) existência de quaisquer sentenças judiciais ou decisões arbitrais ou administrativas contra a Fiadora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que resultem ou possam resultar em obrigação de desembolso efetivo



Handwritten signature and stamp: CORIA JUA



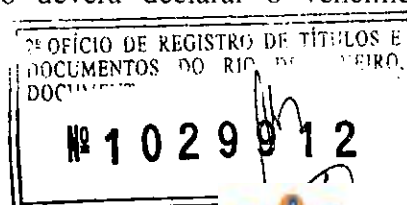
por parte da Fiadora (inclusive por meio de depósito judicial), para as quais não tenha feito provisão para pagamento, nos termos da regulamentação aplicável;

- x) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta de ações do capital social da Emissora e/ou de qualquer de suas coligadas ou controladas, em qualquer operação isolada ou série de operações, sem o prévio consentimento dos Debenturistas, reunidos em AGD;
- xi) não atendimento do índice financeiro mínimo relacionado abaixo, verificado anualmente por empresa de auditoria registrada na CVM, com base nas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social consolidadas do grupo econômico no qual pertence a Emissora, correspondente à divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (“Índice Financeiro”), onde:

EXERCÍCIO SOCIAL	VALOR MÁXIMO DO ÍNDICE FINANCEIRO
Encerrado em 31.12.2012	3,7
Encerrado em 31.12.2013	3,7
Encerrado em 31.12.2014	2,5
Encerrado em 31.12.2015	2,0
Encerrado em 31.12.2016	2,0

7.2.1.1 Para fins do disposto na alínea (xi) do item 7.2.1 acima, o Índice Financeiro será acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, até o 90º (nonagésimo) dia contado do encerramento de cada exercício social, com base nas informações a serem apresentadas pela Fiadora, no prazo e forma estabelecidos no item 8.2 (i) (a) abaixo até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, conforme o caso, todos os eventuais esclarecimentos que se façam necessários para a verificação do Índice Financeiro.

7.2.2 Caso a AGD mencionada no item 7.2.1 acima não seja instalada por falta de quorum, em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.



29
SOFIA JUR



7.2.3 Uma vez instalada a AGD prevista no item 7.2.1 anterior, será necessário o quorum especial de Debenturistas que representem 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.4 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação em até 1 (um) Dia Útil (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

7.2.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis contados, contado do envio da carta mencionada no item 7.2.4 acima, sob pena do disposto no item 7.2.6 abaixo. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

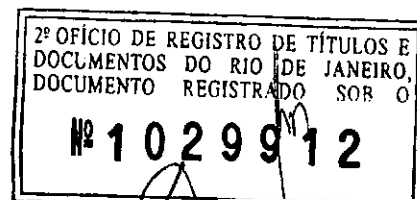
7.2.6 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada no item anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

8. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

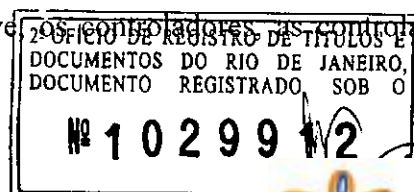
8.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e no Contrato de Garantia, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, enviar (1) cópia das demonstrações financeiras completas da Emissora relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no caso das anuais; e (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; e;



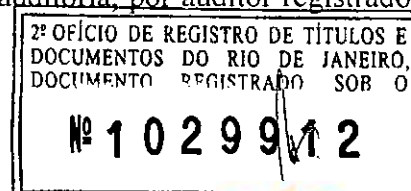
- b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 7.1 e 7.2 relacionados à Emissora acima no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a sua ocorrência;
- d) enviar cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 15 (quinze) dias após sua realização, desde que tais documentos estejam relacionados de alguma forma à operação consubstanciada nesta Escritura;
- e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358/02, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam afetar os interesses dos Debenturistas, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- iii) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;
- iv) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM nº 28/83, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório anual na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o



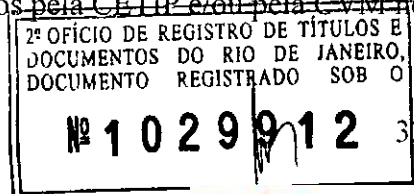
34
1

controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

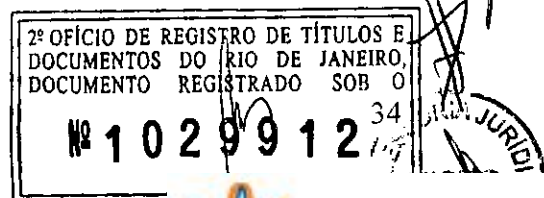
- v) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- vi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- vii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição a que a Emissora esteja sujeita;
- viii) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Emissora;
- ix) manter seus bens adequadamente segurados, conforme as práticas correntes do setor de atuação da Emissora;
- x) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- xi) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e da agência de *rating*;
- xii) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
 - a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;



- c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - d) manter os documentos mencionados no subitem "c", acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
 - g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- xiii) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, a CETIP, o Agente Fiduciário e a agência de *rating* e realizar todas e quaisquer outras providências necessárias à manutenção das Debêntures;
- xiv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- xv) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- xvi) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela CETIP e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;



- xvii) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- xviii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- xix) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações da Emissora prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- xx) contratar pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco (*rating*): Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (1) atualizar, anualmente, a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, até a Data de Vencimento; (2) permitir, nos limites da regulamentação aplicável, que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (3) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (4) comunicar ao Agente Fiduciário, no dia útil subsequente, qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário a respeito, desde que tal agência de classificação de risco seja uma das três agências de classificação de risco mencionadas acima; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- xxi) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Liquidante, informando o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, nas condições e prazos estabelecidos pelo referido banco; e
- xxii) a partir da Data de Emissão, observar e manter o Índice Financeiro.



8.2 Sem prejuízo das demais obrigações previstas em relação às Debêntures, a Fiadora assume as obrigações a seguir mencionadas:

i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

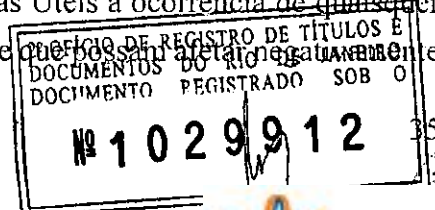
a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, enviar (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Fiadora relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no caso das demonstrações anuais; e (2) para o cálculo do Índice Financeiro, disponibilizar relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o cálculo do referido Índice Financeiro devidamente auditado pelos auditores independentes devidamente registrados na CVM contratados pela Emissora, com manifestação expressa dos auditores a respeito do atendimento, ou não, do Índice Financeiro, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

b) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente contratado pelo Agente Fiduciário às expensas da Emissora), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada; e

c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 7.1 e 7.2 relacionados à Fiadora acima no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a sua ocorrência;

ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

iii) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente



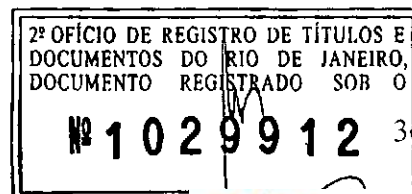
e de forma relevante sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares de Debêntures;

- iv) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- v) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição a que a Fiadora esteja sujeita;
- vi) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de parte substancial das atividades da Fiadora;
- vii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme as práticas correntes do setor de atuação da Fiadora;
- viii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim;
- ix) comparecer às AGD, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário; e
- xi) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações da Fiadora prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9. AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

9.1.1 A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.



37

9.2 Declarações

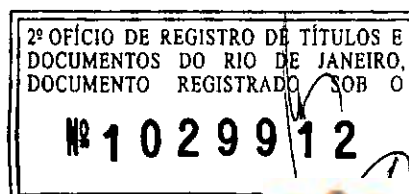
9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- i) não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei nº 6.404/76, e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- v) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- vi) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- vii) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

viii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;



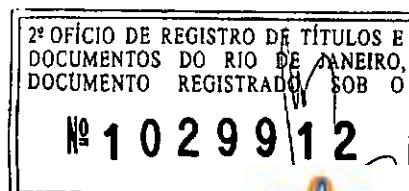
37
1550314 JUL 10



- 60
- xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
 - xii) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
 - xiii) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;
 - xiv) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM nº 28/83, a regularidade da constituição da Fiança, bem como sua suficiência e exequibilidade;
 - xv) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM nº 28/83; e
 - xvi) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

9.3 Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia justificada e feita em virtude de disposição de lei ou desta Escritura, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, a AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e de 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.



[Assinatura manuscrita]
SARIN JUI



61
9.3.2 Na hipótese de não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCERJA e levado a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos na forma prevista neste instrumento.

9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

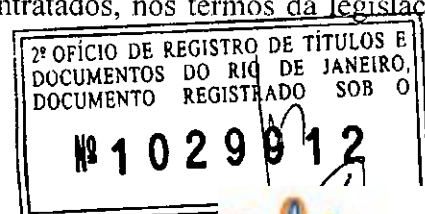
9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá proporcionalmente ao período a ser transcorrido até integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4 Deveres

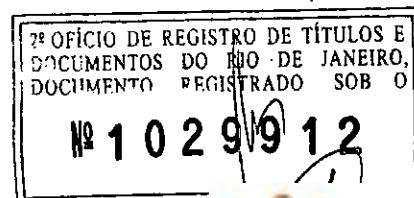
9.4.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



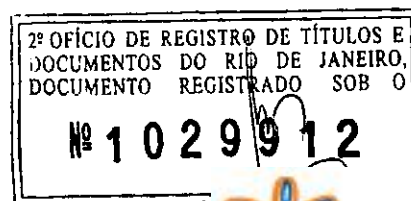
42
1

- ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- iii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- v) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as possíveis omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades, de que venha a ter conhecimento, constantes de tais informações;
- viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, bem como das demais localidades em que a Emissora exerça suas atividades;
- x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;



43
1

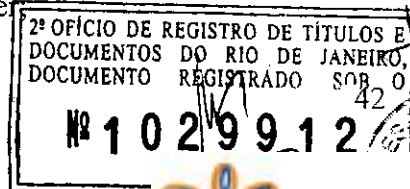
- xi) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 5.10, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta Escritura, às expensas da Emissora;
- xii) comparecer às AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a) eventual omissão, inverdade ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e) resgate, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7 acima, de acordo com as informações prestadas pela Emissora;
 - h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;



- 44
- i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das garantias prestadas; e
 - j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo Grupo Econômico da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM nº 28/83.
- xiv) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (xiii) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
 - b) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - c) na CVM; e
 - d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;
- xv) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 5.10, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xiv) acima;

xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;



46

xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer das obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e/ou extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

a) à CVM; e

b) à CETIP;

xix) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos não sanados no prazo previsto;

xx) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do sítio eletrônico o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora;

xxi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso; e

xxii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura.

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;



43

FR



CERTISIGN

46

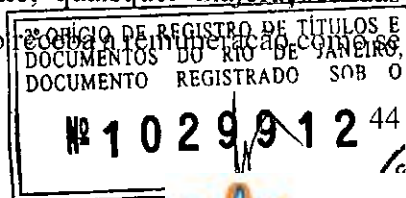
- ii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis;
- iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 Observado o disposto na Cláusula 7 (e seus itens) acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i) a (iii) do item 9.5.1 acima, se, convocada a AGD, e esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (iv) do item 9.5.1 acima.

9.6 Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a:

- i) parcelas anuais de R\$5.000,00 (cinco mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) Dias Úteis após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos debenturistas;
- ii) o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverão ser feitos o Agente Fiduciário acrescidos dos valores relativos aos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário



47

tais tributos não fossem incidentes, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;

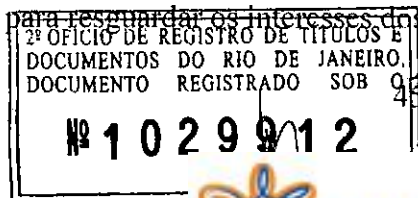
- iii) as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die*;
- iv) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo o valor em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- v) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros;
- vi) a remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, extração de certidões, despesas com viagens, alimentação e estadas, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

9.7 Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos



48

Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

9.7.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

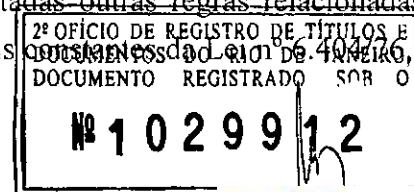
10. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1 Convocação

10.1.1 Aplica-se às AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a Assembleia Geral de acionistas. Dessa forma, ficam dispensadas as formalidades de convocação quando houver presença da unanimidade dos Debenturistas à AGD, sendo que neste caso o local da realização da AGD será a sede da Emissora.

10.1.2 A AGD pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.

10.1.3 A convocação da AGD se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no jornal de grande circulação utilizado pela Emissora para a divulgação de seus atos, conforme previsto no item 5.10.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei de 4042/60, da



regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.4 As AGD deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação, não se realizando a assembleia, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

10.2 Quorum de Instalação

10.2.1 AGD se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3 Mesa Diretora

10.3.1 A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

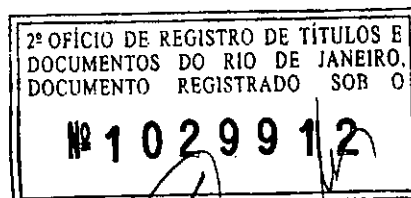
10.4 Quorum de Deliberação

10.4.1 Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, quóruns qualificados, valor e forma de remuneração, resgate, alteração na cláusula 7 e alterações desta cláusula 10, que dependerão da aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

11. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

11.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

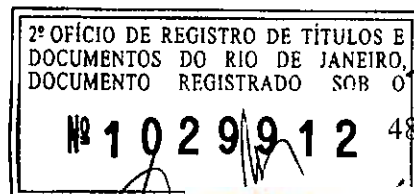


47
ESSORIA JURÍDICA



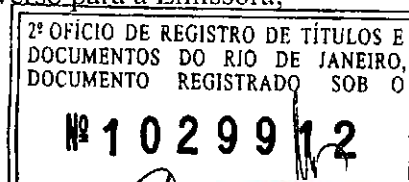
50
↑

- i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm plenos poderes estatutários para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura;
- iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- v) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, assim como a Emissão e a distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora;
- vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos já concedidos (incluindo a aprovação da AGE), é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCERJA, o registro das Debêntures na CETIP, o registro da Escritura em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e o registro do Contrato de Garantia em Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente;



51

- vii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do Artigo 585 do Código de Processo Civil;
- viii) tem e manterá todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, ou está em processo de obtenção ou renovação de tais autorizações e licenças;
- ix) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto se o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas ou determinações não resulte ou possa resultar em Efeito Material Adverso para a Emissora;
- x) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- xi) envidará seus melhores esforços para manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento e que assegure a capacidade de pagamento da Emissora;
- xii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário, mediante prévia solicitação, são verdadeiros e materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes;
- xiii) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das suas atividades, exceto se o descumprimento de tais leis, regulamentos, normas administrativas ou determinações não resulte ou possa resultar em Efeito Material Adverso para a Emissora;



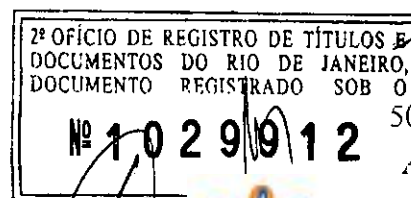
CERTISIGN

32

- xiv) a Emissora e suas controladas e coligadas possuem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto para as quais a Emissora e suas controladas e coligadas possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;
- xv) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- xvi) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- xvii) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis;
- xviii) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança;
- xix) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderiam, individual ou conjuntamente, causar-lhe um Efeito Material Adverso;

xx) não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Material Adverso;

xxi) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas aos Coordenadores até a presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;



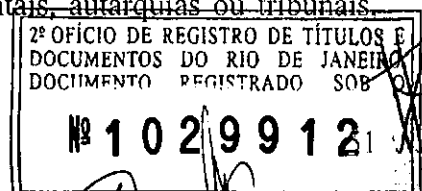
CERTISIGN

53
1

- xxii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Escritura e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis; e
- xxiii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2 A Fiadora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- i) é sociedade cooperativa devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários e contratuais para tanto;
- iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Fiadora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem ou contrariam qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial ou arbitral, contrato ou instrumento do qual a Fiadora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Fiadora, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e
- v) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, societárias e regulatórias) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, ou está em processo de obtenção ou renovação de tais autorizações e licenças;
- vi) exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, a Fiadora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios;



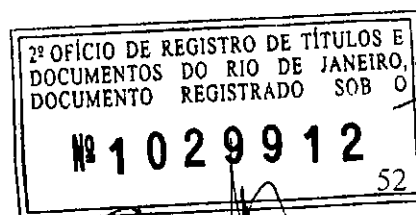
CERTISIGN

54

- vii) as demonstrações financeiras da Fiadora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis aceitos no Brasil;
- viii) envidará seus melhores esforços para manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Fiadora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento e que assegure a capacidade de pagamento da Fiadora;
- ix) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- x) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Fiadora;
- xi) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis, outros que não o pagamento de tributos e contribuições previdenciárias que estejam sendo contestados de boa-fé pelos meios adequados e para os quais a Fiadora, tenha feito reservas apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

xii) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança;

xiii) não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Material Adverso;



- 55
1
- xiv) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si, que poderiam, individual ou conjuntamente, causar-lhe um Efeito Material Adverso; e
- xv) a Fiadora cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé.

11.3 As declarações prestadas pela Emissora e pela Fiadora nesta Escritura são válidas na data de celebração deste instrumento e a Emissora envidará seus melhores esforços para mantê-las válidas até o resgate integral das Debêntures. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, a Emissora ou a Fiadora obriga-se a notificar em 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário caso venha a tomar conhecimento de que quaisquer das declarações prestadas nos termos do item anterior tornem-se inverídicas, incorretas, incompletas ou inválidas.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Comunicações

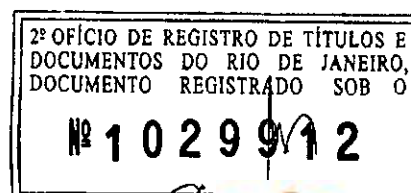
12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- i) para a Emissora:

UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Avenida das Américas, nº 3.443, Bloco II, Salas 201 a 204 e 301 a 304, Barra da Tijuca
22631-003 – Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Jorge Almeida
Telefone: (21) 3139-7623
Fax: (21) 3139-7486
Correio Eletrônico: jorge.almeida@unimedrio.com.br

- ii) para a Fiadora:

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

Avenida Armando Lombardi, nº 400, Lojas 101-105 e 108-109, Barra da Tijuca

22640-000 – Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Jorge Almeida

Telefone: (21) 3139-7623

Fax: (21) 3139-7486

Correio Eletrônico: jorge.almeida@unimedrio.com.br

ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala nº 514

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: juridico@pentagonotrustee.com.br / backoffice@pentagonotrustee.com.br

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação)/ Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

iii) para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/nº, Prédio Amarelo, s/n, 2º andar.

06029-900 – Osasco - SP

At.: Sr. Marcelo Ronaldo Poli

Telefone: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-2714

Correio eletrônico: 4010.mpoli@bradesco.com.br

iv) para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

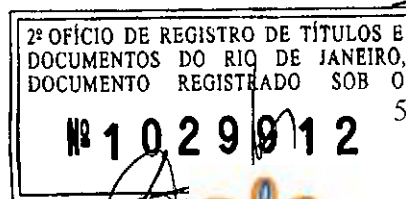
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

At. Gerência de Valores Mobiliários

CEP 01452-002 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3111-1596

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



CERTISIGN

57
1

Fax: (11) 3111-1564

12.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, nos endereços acima. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência.

12.2 Renúncia

12.2.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a quaisquer das Partes em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

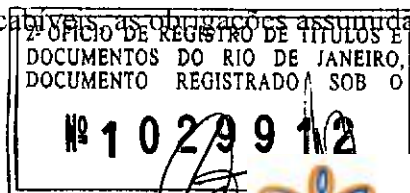
12.3 Despesas

12.3.1 A Emissora arcará com todos os custos relativos à Emissão e à distribuição, incluindo sem limitação, despesas com a contratação de Agente Fiduciário, assessores legais, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e registros de documentos, que sejam expressamente aprovados pela Emissora.

12.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do Artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



CERTISIGN

termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos Artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

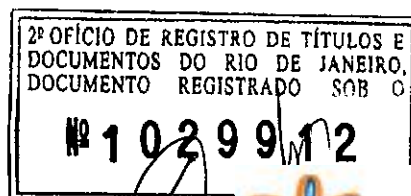
12.5 Disposições Finais

12.5.1 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário não possui a responsabilidade de verificar se os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

12.5.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

12.5.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

12.5.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei nº 6.404/76, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



56
ASSURIA JURÍDICA



59
1

12.5.5 Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.6 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

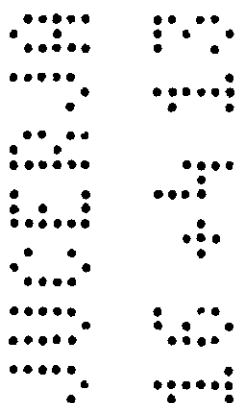
12.5.7 Esta Escritura será regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

12.6 Foro

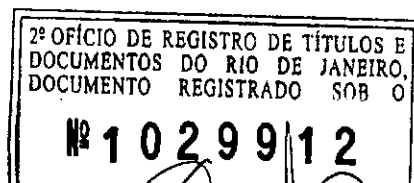
12.6.1 Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando, assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2013
(Assinaturas nas páginas seguintes)



Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



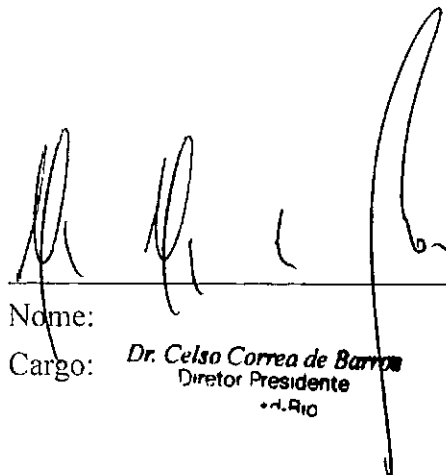
57
SECRETARIA JURÍDICA

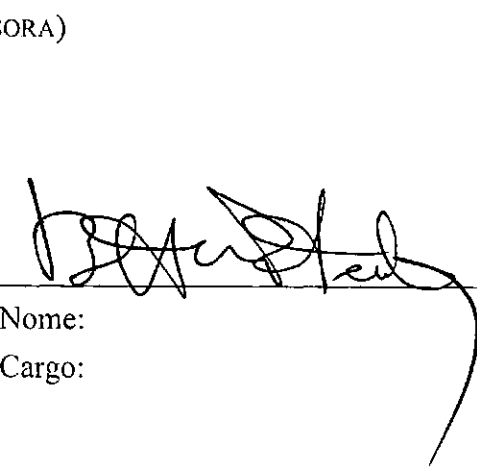


(Página 1/4 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., celebrada em 10 de abril de 2013)

UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

(EMISSIONA)


Nome: _____
Cargo: **Dr. Celso Correa de Barros**
Diretor Presidente
-A.RIO


Nome: _____
Cargo: _____

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITAO-IABELIA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECIMENTO POR AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:

CELSO CORREA DE BARROS; BARTHOLOMEU PENTEADO COELHO

SELO(S): QHR39026 e QHR39027 -

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2013

FUNPERJ:0,40 FUNDEPERJ:0,40 FETJ:1,62PMQMV R\$:0,08 EMOL:R\$ 4,09

TOTAL: 11,08

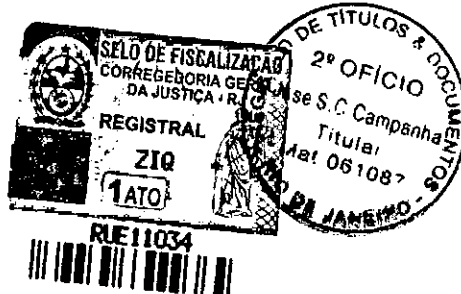
Em Testemunho _____ da verdade.

MAT:94-5917-LUDMILLO DE SOUZA MACHADO - ESCREVENTE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: UNIMED RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Nire: 33.3.0029497-0
Protocolo: 00-2013/1167600
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM
E DATA ABAIXO.

ED33000405-4/000
DATA: 16/04/2013

Valéria M. Serra
SECRETARIA GERAL



REGISTRAR
E SEGURANÇA

102 9912

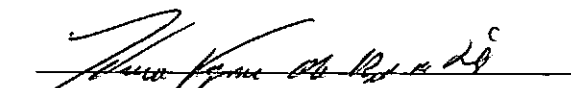
58

Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.



61
(Página 2/4 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., celebrada em 10 de abril de 2013)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(AGENTE FIDUCIÁRIO)


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

15. OFÍCIO DE NOTAS FERNANDA DE FREITAS LEITAO-LABELIA

Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600

RECONHECIMENTO POR AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:

PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA

BELO(6): QHR39034 -

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2013

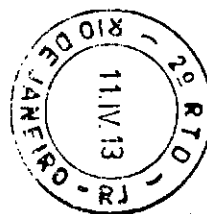
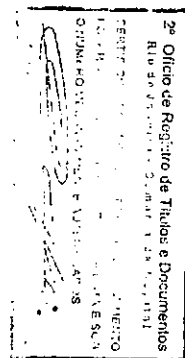
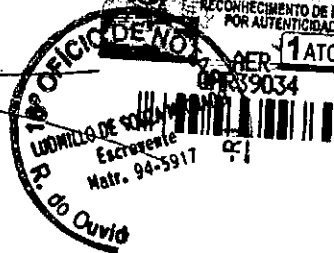
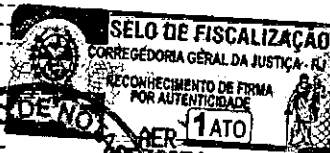
FUNPERJ: 0,20 FUNDEPERJ: 0,20 FETJ: 0,81 RCMV R\$: 0,08 EMOI: R\$ 4,09

TOTAL: 5,54

Em Testemunho

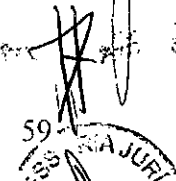
da verdade.

MAT: 94-5917 LUDMILLO DE SOUZA MACHADO - ESCRIVENTE



REGISTRAR
E SEGURANÇA

102 9912



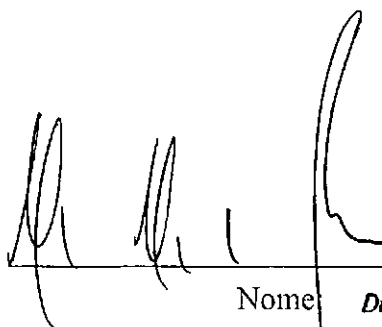
Este documento é uma cópia fiel do documento original.
Para verificar a assinatura do documento, veja o arquivo
0020131167600_33300294970.pdf.p7s.

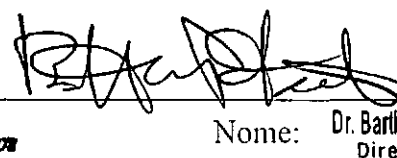


CERTISIGN

(Página 3/4 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., celebrada em 10 de abril de 2013)

UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO
LTDA.
(FIADORA)


Nome: **Dr. Celso Correa de Barros**
Cargo: **Diretor Presidente**
Unimed.Rio


Nome: **Dr. Bartholomeu Penteado Coelho**
Cargo: **Diretor Administrativo**
UNIMED - RIO

15. OFÍCIO DE NOTAS-FERNANDA DE FREITAS LEITAO-IABELIA
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
RECONHECIMENTO POR AUTENTICIDADE e(s) firma(s) de:
• CELSO CORREA DE BARROS; BARTHOLOMEU PENTEADO COELHO
• SELO(6): QHR39024 e QHR39025 -
Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2013
FUNDERJ:0,40 FUNDERPERJ:0,40 FETJ:1,62PMCMV R\$:0,08 EMOL:R\$ 4,09
TOTAIS: 11,08
• Era Testemunho
MAT:94-5917 LUDMILLO DE SOUZA MACHADO - ESCRIVENTE



(Página 4/4 de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Unimed Rio Participações e Investimentos S.A., celebrada em 10 de abril de 2013)

TESTEMUNHAS:

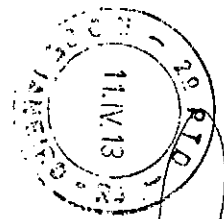
Nome: Jorge Luiz de Almeida Pinto
RG: 02.658.387-4
CPF: 339.668.697-72

Jorge Luiz de A. Pinto
Gerente Executivo de
Operações Financeiras
Unimed-Rio

Nome: Franklin Augusto Pinto
RG: 1.955.450-I.E.P.
CPF: 845.414.307-97

13. OFÍCIO DE NOTAS-TERNANDA DE FREITAS LELIAU-TABELIA
Rua do Ouvidor, 89, Centro (021) 3233-2600
RECONHECO POR SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
JORGE LUIZ DE ALMEIDA PINTO; FRANKLIN AUGUSTO PINTO

SELO(S): 6MF28572 e 6MF28573
Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2013
FUNPERJ: 0,38 FUNDEPERJ: 0,38 FETJ: 1,58PMCMV R\$: 0,07 EMOLR \$3,97
TOTAL: 10,72
Em Testemunho
MAT: 94-3919 LUDMILLO DE SOUZA MACHADO-ESCREVENTE



REGISTRAR
E REGISTAR



CERTISIGN

Protocollo: XX-XXXX/XXXXXX-X

[illegible]